

Editorial

Mais um Boletim Informativo do CEFEP. Um elo de intercâmbio entre os membros da Família Cefepiana coordenação, assessorias, alunos/as das duas turmas, amigos/as que acompanham nossa caminhada com esperança.

Neste número, um ótimo artigo do professor Pedro Ribeiro de Oliveira que nos coloca com profundidade as implicações da chamada “crise da alimentação”, assunto de relevo das últimas semanas. Seguramente, também serão de interesse estas notícias da Igreja no Brasil, tanto internas como da sua missão (atenção para as eleições que se aproximam!).

Finalmente, um relato do Seminário das

Escolas locais de Fé e Política e dos Assessores/Assessoras. Em breve, colocaremos no **site** um relatório completo do evento e seus desdobramentos. Foi uma parada rica, para maior dinâmica da caminhada.

Geraldo Aguiar e eu estamos a postos para os Seminários Regionais com a turma 2008-2009 que está seguindo as temáticas da educação a distância, com entusiasmo e ardor.

Uma alegria reencontrá-los. Um abraço fraterno,

*Padre José Ernanne Pinheiro,
Secretário executivo do CEFEP*

Crise alimentar, mercado e debate ideológico

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

De repente, fomos surpreendidos por notícias sobre a falta de alimentos no mundo. Após trinta anos de relativa estabilidade nos preços, uma súbita elevação gera protestos de populações esfomeadas no Haiti, Indonésia e vários países da África. Quando tudo parecia estar se ajustando no panorama do comércio mundial onde a China é a fábrica, a Índia o escritório, e o Brasil a fazenda assistimos a uma crise alimentar que, segundo o Banco Mundial, custará 500 milhões de dólares em ajuda emergencial aos famintos. De fato, os preços subiram enormemente nos dois últimos anos, e os analistas apontam diversos fatores que se somaram para gerar esse aumento. Dois são de ordem física: o crescimento econômico da Ásia, cujas populações se urbanizam, diversificam sua dieta e aumentam a demanda, e a utilização de grãos para a produção de agrocombustíveis. Outros dois são de ordem financeira: o aumento de preço dos fertilizantes e a entrada massiça dos fundos de investimento no mercado futuro de alimentos, para se

protegerem contra as perdas financeiras do mercado imobiliário dos EUA. Embora agravada por fatores climáticos localizados, trata-se indiscutivelmente de uma crise provocada pelo mercado e não por más condições do clima, guerras ou doenças, que sempre foram as grandes causadoras da fome em grande escala.

Essa novidade de uma penúria alimentar causada pelos próprios mecanismos do mercado deveria provocar uma reflexão mais alentada do que a reação dos economistas afirmando que a crise será superada pelo próprio mercado auto-regulado. Para eles, a elevação do nível de preços incentivar a produção e trará um novo equilíbrio entre oferta e demanda. Isso implicará também maior exploração da terra (desmatamento) e das águas (irrigação), e portanto o agravamento dos problemas ecológicos mas este não é um problema de economistas, para quem o mercado ser a instituição reguladora da economia é tão natural quanto ser a família a instituição reguladora da sexualidade.

Para quem se atreve a olhar um pouco mais longe, porém, numa perspectiva histórica e crítica, a crise atual pode ser uma rica fonte de ensinamentos sobre a realidade atual. É o que desejo mostrar neste pequeno artigo, inspirado num estudo clássico de história social e econômica.

E. Thompson¹ fez um pormenorizado estudo das revoltas populares contra o preço do trigo, na Inglaterra do século 18. Nesse estudo, o Autor mostra como a doutrina do “justo preço” foi sendo substituída pela doutrina do “livre-mercado” que é a base do capitalismo moderno, num longo processo que vai desde o século 16 até o início do século 19. No sistema tradicional, a compra e venda de cereais e outros gêneros alimentícios, nas cidades inglesas era regulada pelo costume cujo símbolo era o toque dos sinos. Os produtores (camponeses) chegavam cedo à praça do mercado, mas só podiam iniciar as operações de venda após o toque do sino, quando os moradores da cidade adquiriam o necessário para seu consumo.

1. Cfr. Edward P. THOMPSON: “La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*; Barcelona, Ed. Crítica, 1989 [1ª. 1979], p. 62-134.

Atendidos os moradores, tocava novamente o sino e os comerciantes, donos de moinho e padeiros locais entravam no mercado como compradores. Só mais tarde, após o novo toque dos sinos, comerciantes de fora podiam comprar as mercadorias que tivessem sobrado. Ficava assim assegurado o abastecimento da população local só sendo exportados os excedentes.

Os grandes negociantes, porém, ganharam peso político cada vez maior e isso resultou em decretos reais suprimindo os empecilhos legais à sua participação nas operações de compra e venda. Mas a oposição de movimentos sociais dos trabalhadores pobres, apoiados na tradição local, impede inclusive pela força física que tais decretos sejam aplicados. Aí se dá um longo e acalorado debate ideológico entre os defensores do “paternalismo” na economia e os “liberais”, entre os quais se destaca Adam Smith, que com sua obra *A riqueza das nações* (1776) inaugura a moderna economia política. Ao iniciar-se o século 19, as guerras na Europa contra Napoleão dão ao governo as razões que ele precisava para abolir toda regulação do mercado, consagrando então a vitória ideológica do liberalismo e assegurando o funcionamento do mercado autorregulado. Daí em diante, a história é conhecida: o mercado se expande continuamente, incorporando novos contingentes da população, até sua completa mundialização no final do século 20.

A atual crise de alimentos pode então trazer muitos ensinamentos sobre o funcionamento do mercado, que nos dois últimos séculos tem sido a instituição fundamental das sociedades modernas e pós-modernas (que não por acaso se autointitulam “sociedades de mercado”).

É evidente que o mercado incentiva como nenhum outro sistema até hoje inventado a produção e o consumo de bens e serviços. O PIB mundial, hoje estimado em US\$45 trilhões, é o melhor indicador dessa

capacidade de produzir riqueza. (Se fosse dividido pela população mundial, cada família de quatro pessoas teria hoje uma renda bruta mensal de R\$3.750). Mas é também evidente que o mercado, por fundar-se na competição, beneficia os fortes e prejudica os fracos. A menos que se submeta a um poder maior que o controle, ele tende a agravar as desigualdades sociais. Isto já foi percebido no século 19, resultando, no século 20, em políticas de intervenção do Estado: o socialismo e o *Estado de bem-estar* dos países de capitalismo avançado. O fim da *guerra-fria*, porém, favoreceu a vitória ideológica do neoliberalismo e, com ele, a desregulamentação externa do mercado. No caso dos alimentos, essa vitória se deu quando a Organização Mundial do Comércio e não a FAO (organismo da ONU para a regular a Agricultura e os Alimentos) é incumbida de regular sua distribuição em escala mundial. Tratados como uma mercadoria entre outras, os alimentos tornam-se objeto de transações de compra e venda regidas pela expectativa de lucros. O Estado renuncia assim a seu poder regulador, e limita-se a prestar socorro a pessoas desvalidas, incapazes de assegurar a própria sobrevivência alimentar são os programas de tipo “Bolsa Família” e “cestas básicas”.

Outra deficiência congênita do mercado, percebida em meados do século 20 e agora cada vez mais clara, é sua índole *produtivista*. O mercado só alcança o desejado equilíbrio entre oferta e procura, aumentando a produção que, por sua vez, gera novas demandas e o avanço sobre os recursos naturais da Terra que sabemos serem limitados. Aqui está uma barreira aparentemente insuperável ao crescimento econômico: a menos que a tecnologia chegue a formas inteiramente novas de produção, estamos nos aproximando perigosamente da exaustão dos recursos naturais. A atual crise do preço dos alimentos é reveladora desse limite. Basta pensar, por exemplo, no consumo

de carnes e o desgaste que ele provoca ao transformar florestas e vegetação do cerrado em pastagens, e por exigir enormes plantações de soja e milho (que entre outros danos ecológicos consomem grande quantidade de água na irrigação) para alimentar animais e aves criados em regime de reclusão. Como, na lógica do mercado, só se reduz a demanda pela elevação dos preços e não pela mudança de hábitos alimentares, como uma dieta menos devastadora dos recursos naturais sua única saída é aumentar a produção, ainda que isso implique antecipar a crise ecológica que já está no horizonte.

Visto isso, chega-se a conclusão que a atual crise de preços de alimentos está pedindo às pessoas de boa-vontade uma séria e alentada reflexão sobre o sistema de produção e consumo baseado no mercado. O pensamento liberal conquistou a vitória no debate ideológico do século 18, derrotando o “paternalismo” abençoado pela tradição cristã, e recuperou-se do revés sofrido no século 20 (quando os êxitos do *Estado de bem-estar* e do planejamento socialista o ofuscaram), mas hoje ele encontra-se sem argumentos convincentes diante da crise ecológica e da desigualdade social por ele agravadas. Neste contexto, faz-se necessário um pensamento rigoroso e crítico, que não se contente em propor correções ao sistema de mercado, mas busque alternativas econômicas viáveis para uma população mundial que poderá chegar a dez bilhões de pessoas. Este é um belo desafio aos cristãos e cristãs que não já não temos mais como modelo o “paternalismo” tradicional, aprendemos as lições do socialismo do século 20, e acreditamos que um novo mundo é possível porque Jesus ressuscitou.

Nova iniciativa popular do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE

Projeto de lei sobre a vida progressa dos candidatos

O MCCE deu início à coleta de assinaturas para um novo projeto de lei de iniciativa popular em maio de 2008. A idéia é aprofundar as conquistas iniciadas com a aprovação da Lei 9840.

Desta vez precisaremos do apoio de quase um milhão e trezentos mil brasileiros e brasileiras para aumentar o rigor da lei em favor de eleições cada vez mais limpas.

O objetivo é tirar da lei alguns “defeitos”, os quais certamente favorecem a impunidade. E um dos pontos ressaltados no projeto é que o abuso de poder tem que ser julgado pelo fato de ter sido cometido, e não pela sua influência no resultado eleitoral.

Saiba mais sobre o projeto e como participar acessando: www.lei9840.org.br

Diocese de Coxim-MS realiza 7º encontro de Fé e

Aconteceu no dia 24 de maio o 7º Encontro de *Fé e Política* da cidade de Pedro Gomes (MS), organizado pelo Conselho Diocesano de Leigos, da diocese de Coxim (MS). O tema do encontro foi *“Políticas públicas em favor da vida”*.

O objetivo era somar forças para contribuir na união da Região Norte do estado. Projetos voltados para a área social reuniram os participantes entre os quais eram prefeitos e vereadores dos dez municípios da diocese de Coxim, além de entidades e pessoas sensíveis ao problema.

Bispos ameaçados confirmam denúncias de violação de direitos humanos no Pará

Os três bispos ameaçados de morte no Pará estiveram em Brasília no dia 6 de maio, e confirmaram as denúncias de violação dos direitos humanos na região. Dom José Luiz Azcona, da Prelazia do Marajó; dom Flávio Giovenale, da Prelazia de Abaetetuba, e dom Erwin Kräutler, da Prelazia do Xingu, estiveram no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e, à tarde, participaram de uma audiência pública proposta pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. Esteve, ainda, presente o pároco de Anapu, padre José Amaro Lopes de Souza, que também é ameaçado. Os bispos cobram, entre outras coisas, maior

presença do Estado para coibir a violência, apuração rigorosa para saber de onde vêm as ameaças às lideranças, punição exemplar para os criminosos e segurança para os ameaçados. "Somos mais de 300 pessoas ameaçadas de morte no Pará. Apenas cem têm proteção", afirma dom Azcona. "Isso indica que sociedade está doente, moribunda e a cidadania não existe". Ele afirmou que chegam a divulgar o preço pela cabeça de lideranças. "Isso é uma apologia ao crime. É um grito à consciência dos senhores deputados e senadores", disse ao pedir que os parlamentares busquem solução para a violência no Pará.

CNBB publica Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil



As edições CNBB lançam, neste mês de maio, o documento sobre as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil/ 2008-2010.

As diretrizes têm, entre outros, os objetivos de delinear e promover a pastoral orgânica das dioceses, paróquias e realidades eclesiais. Além disso, engloba as contribuições do Documento de Aparecida. "A novidade deste documento vem de uma atualização da preocupação da Igreja transformar-se em uma Igreja missionária. Elas dão um passo novo e grande, à luz do clima da Conferência de Aparecida, que foi voltada para a missão da Igreja como discípula e missionária", afirmou o secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, após a aprovação das diretrizes na 46ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, realizada no início de abril, em Indaiatuba (SP).

O documento pode ser encontrado nas Edições CNBB pelo telefone: (61) 2103-8383; e-mail: [vendas@edicoescnbb.org.br](mailto: vendas@edicoescnbb.org.br) ou pelo site: www.edicoescnbb.org.br

Seminário das Escolas Locais de Fé e Política, Movimentos e Instituições



Aconteceu, em Brasília, nos dias 25, 26 e 27 de abril, mais um Seminário das Escolas Locais, Movimentos e Instituições de Fé e Política, organizado pelo CEFEP (Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"). Concomita

ntemente se reuniram se reuniram os integrantes da Rede de Assessores/reflexão, que integram um dos eixos de ação do Centro.

Foram dias de trabalho intenso, reunindo mais de 30

pessoas vindas de várias regiões do País. Este encontro foi um espaço propício para aprofundar a caminhada das Escolas Locais de Fé e Política, além de discutir sobre temas urgentes como as próximas eleições municipais.

Os dois grupos tiveram sua programação específica, porém se encontraram em momentos comuns como: celebração eucarística, uma breve visão das *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para os anos 2008-2010*, sob o encargo de Pe. José Ernanne Pinheiro (Secretário Executivo do CEFEP), uma Análise de Conjuntura, animada pelo professor Pedro Assis Ribeiro de Oliveira e uma palestra com debates sobre a Democracia hoje na América Latina, sob a coordenação do professor da PUC de São Paulo, Luis Eduardo Wanderley.

Ao término do Seminário, o sentimento expressado pelos participantes foi o de renovação, entusiasmo e uma consciência de pertença a uma grande família que têm como objetivo trabalhar a favor de uma formação política dos cristãos leigos/as, fundamentada nos valores evangélicos, além de ver na política, como dizia Paulo VI, uma forma sublime de exercer a caridade.

Encontro Regional com os alunos e alunas do CEFEP

Está previsto este ano, sete encontros regionais com os alunos e alunas do Curso de Formação Política para Cristãos (turma 2008-2009). O objetivo é estudar e avaliar o primeiro semestre do ensino a distância (parte integrante do curso), analisar os projetos para a monografia que deve ser apresentada ao término do Curso e aprofundar temáticas regionais ou de maior interesse do próprio grupo.

Os encontros acontecerão nos dias:

- * 27, 28 e 29 de junho, em Caruaru-PE (estados: PI, BA, PE, AL, PB e RN)
- * 5 e 6 de julho em São José do Rio Preto/SP (estados: SP e RJ)
- * 26 e 27 de julho em Cuiabá/MT (estados: MT, RO, RR, AC, PA, GO e DF)
- * 2 e 3 de agosto em Belo Horizonte/MG (estados: MG e ES)

Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Aí você encontrará documentos e artigos atuais e importantes relacionados à temática Fé e Política

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fone/fax: (61) 3349 4623
e-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Sidney Sabino
Revisão: Pe. José Ernanne Pinheiro